

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.546.939 - SP (2019/0212020-1)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
AGRAVANTE : AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A
ADVOGADO : MARIA CRISTINA ALVES - SP050664
AGRAVADO : LAPA - ASSISTENCIA MEDICA LTDA
ADVOGADOS : CAMILA GATTOZZI HENRIQUES ALVES - SP174096
RICARDO LEANDRO MONTEIRO DE CARVALHO - SP246803

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A. contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

AÇÃO MONITÓRIA - Demanda fundada em contrato de prestação de serviços médicos e hospitalares aos beneficiários da ré - Parcial procedência - Apelo da ré, devedora, insistindo na dificuldade de receber os documentos necessários à verificação do crédito, em razão de problema sistêmico, bem como descumprimento do prazo avençado no contrato, exceção do contrato não cumprido e existência de glosas a impossibilitar o pagamento integral do valor cobrado - Ausência de argumentos capazes de desnaturar o crédito perseguido - Formalidades acessórias, relacionadas à dificuldade de receber a documentação que não podem suplantar à obrigação de pagamento, sob pena de prestigiar o enriquecimento ilícito, o que não se pode admitir - Glosa que foi aceita pela autora, reduzindo o valor da dívida inicialmente cobrado - Pendências pormenorizadas nos documentos apresentados, com indicação dos serviços prestados e apresentadas as respectivas notas fiscais, não havendo como negar a procedência, ainda que parcial, da demanda - Sentença mantida, majorada a verba honorária para 15% do valor da condenação, nos termos do §11º do art. 85 do CPC - RECURSO IMPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 1.022 do CPC de 2015 e 476 do CC.

Defende ter havido obscuridade no acórdão que apreciou os embargos de declaração, "relativa ao fato de que como poderia a recorrente admitir um pagamento sem o mínimo de critério, correndo-se alto risco de que tal pagamento implicasse em sérios prejuízos financeiros à recorrente?".

Aduz que, "além da recorrida não ter enviado as informações corretamente e no prazo, as glosas realizadas pela recorrente retiraram a exigibilidade e certeza de tais cobranças. Ainda, já havia ocorrido falha no envio das informações, portanto, como a

recorrente efetuar pagamentos se não houve um encaminhamento da documentação necessária?". Trata-se tipicamente de caso de "exceção de contrato não cumprido".

É o relatório. DECIDO.

2. Não há falar em violação ao art. 1.022 do CPC/2015, pois o Egrégio Tribunal *a quo* dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes. Além disso, basta ao órgão julgador que decline as razões jurídicas que embasaram a decisão, não sendo exigível que se reporte de modo específico a determinados preceitos legais.

3. No mais, em relação à alegada violação ao artigo 476 do Código Civil, o Tribunal local assim consignou:

O recurso não comporta provimento.

Isso porque, a ré não nega que deixou de pagar à autora pelos serviços prestados, alegando apenas dificuldade de recebimento dos documentos, em razão de problema sistêmico, e descumprimento do prazo avençado no contrato.

Sustenta, ainda, que houve exceção do contrato não cumprido e a existência de glosas, o que teria impossibilitado o pagamento integral do valor ora cobrado.

Mas nenhum destes argumentos é capaz de desnaturar o crédito perseguido.

Isso porque, pelos documentos de fls. 33 e 43 (e-mails), verifica-se que houve mesmo uma conversa entre as partes no intuito de reapresentar as contas pendentes do exercício de 2014, através de meios eletrônicos (e-mail), o que denota que a ré concordou com a existência dessas pendências.

Por outro lado, a apresentação da documentação por intermédio do sistema (ainda que seja condição de pagamento, porque prevista em contrato) não tem o condão de excluir o direito da autora/credora de cobrar os serviços prestados da ré, “até porque a bilateralidade das obrigações está justamente na prestação dos serviços pela autora e pela remuneração da ré, sendo as formalidades acessórias relacionadas com a forma de comprovação dos serviços apta somente a ensejar a aplicação de penalidades fixadas pelas partes ou ainda decorrente de perdas e danos por descumprimento do contrato” (fl. 582).

Isso porque, o descumprimento desses deveres secundários não pode suplantar a obrigação de pagamento pelos serviços prestados pela autora, porque assim estar-se-ia prestigiando o enriquecimento ilícito da ré, o que não se pode admitir.

Ressalte-se que a única glosa quanto aos valores cobrados pela autora, que está relacionada com a falta de identificação dos beneficiários, foi devidamente aceita pela autora, conforme esclarecimento de fls. 560/561 (item 5), sendo descontado o valor de R\$ 5.893,48 da dívida, que permaneceu de R\$ 107.285,41.

No mais, além de a ré não ter negado que a autora efetivamente prestou os serviços médicos/hospitalares aos seus beneficiários,

os demonstrativos de fls. 43/50 estão pormenorizados nos documentos de fls. 58/274, sendo indicada a relação dos serviços prestados, que vieram acompanhados das respectivas notas fiscais, não havendo como negar a procedência, ainda que parcial, da demanda.

Nota-se que o acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente para mantê-lo e o recorrente não cuidou de impugnar todos eles, como seria de rigor.

Assim, a subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula n. 283/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.”

Ainda que assim não fosse, o acolhimento da pretensão recursal, a fim de acolher as alegações da parte agravante, exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, atraindo o óbice da Súmula 7 do STJ.

Merece destaque, sobre o tema, o consignado no julgamento do Resp 336.741/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 07/04/2003, "(...) se, nos moldes em que delineada a questão federal, há necessidade de se incursionar na seara fático-probatória, soberanamente decidida pelas instâncias ordinárias, não merece trânsito o recurso especial, ante o veto da súmula 7-STJ".

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Havendo nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte Recorrente, no importe de 10% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2.º e 3.º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator